

O poder do bacharel no espaço organizacional brasileiro: relendo *Raízes do Brasil* e *Sobrados e mucambos*

Breno de Paula Andrade Cruz¹

Paulo Emilio Matos Martins²

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o “bacharelismo” como forma de manifestação de poder no espaço organizacional brasileiro, com base nas análises de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936) e de Gilberto Freyre em *Sobrados e mucambos* (1936). Por meio da análise histórico-sociológica do fenômeno, buscamos entender:

- a aristocracia rural do século XIX no Brasil;
- a colonização e a influência das características da pátria mãe no Brasil; e
- a supervalorização de um título acadêmico pelos colonizadores.

A leitura desses dois clássicos, sob a ótica do poder do bacharel em uma sociedade segregada, emergindo do rural para o urbano, permitiu entender o bacharelismo nos estudos organizacionais no Brasil como poder condicionado (GALBRAITH, 1999). Nesse sentido, seus detentores possuem um capital social que legitima o exercício da autoridade e do poder perante aqueles desprovidos de distinções nobiliárquicas e/ou acadêmicas.

Palavras-chave: espaço organizacional brasileiro; bacharelismo; poder.

Abstract

This paper aims at analyzing the possession of an academic title as a form of power manifestation in the Brazilian organizational space. Based on Sérgio Buarque de Holanda's *Raízes do Brasil* (1936) and Gilberto Freyre's *Sobrados e Mucambos* (1936) we proceed a historical-sociological analysis of the phenomenon in the order to investigate: (1) the agricultural aristocracy of the XIX century in Brazil, (2) the colonization and its influence in Brazil, and (3) the overvaluation of an academic degree by colonizers. In this sense, the reading of these classics using the lens of “the power of the bachelor” in a segregated society in transition from agricultural to urban allowed to understand the “bacharelismo” in the Organization Studies in Brazil as a conditional power (GALBRAITH, 1999). The ownership of such a particular type of power represents capital stock that legitimates the exercise of authority upon those who are not provided with nobleness and/or academics distinctions.

Key words: Brazilian organizational space; bacharelismo; power.

O espaço organizacional como *lócus* do político e de produção do simbólico

Bertrand Russell, filósofo, matemático, politólogo e prêmio Nobel de literatura (1872-1970) nos adverte que: “o poder é o conceito fundamental das ciências sociais, como a energia é o conceito fundamental da física”. De fato, da mesma forma que sem a manifestação das diferentes formas de energia a física fenece, a despolitização da análise social – ainda que muito freqüente nas teorias das organizações – resulta em perigoso reducionismo e numa visão míope do fenômeno estudado.

¹ Mestrando em Administração Pública pela EBAPE/FGV. Endereço: Praia de Botafogo, 190 – sala 538 – Botafogo – 22250-900. E-mail: brenop@fgv.br.

² Doutor em Administração de Empresas pela EAESP/FGV. Professor da EBAPE/FGV. Endereço: Praia de Botafogo, 190 – sala 538 – Botafogo – 22250-900. E-mail: pemiliom@fgv.br.

Como espaço de produção do simbólico, as organizações, além de produtoras de bens e serviços, são também (e principalmente) produtoras e reprodutoras de significados na vida em sociedade.

A origem industrial das primeiras teorizações sobre o trabalho societário parece ter aprisionado seus teóricos pioneiros numa prisão epistemológica de viés funcionalista, onde os processos – e o próprio ambiente físico do universo organizacional – se tornaram dimensões hegemônicas na análise do trabalho societariado.

Ainda que já nas primeiras décadas de formulação do pensamento administrativista a contribuição dos psicólogos sociais tenha se tornado efetiva – e, com ela, a incorporação da dimensão humana àquele universo –, é sempre prudente lembrar que a denominada escola humanista do pensamento organizacional, pelo menos no seu momento inaugural, aparece com a preocupação de também buscar maior produtividade para os sistemas produtivos das empresas, agora, com a inclusão dos determinantes motivacionais do comportamento humano. Dito de outro modo, a segunda corrente histórica do pensamento sobre as organizações está igualmente aprisionando, sob o mesmo viés funcionalista dos teóricos da escola clássica da administração. Entretanto, como destaca Martins (2001, p.55-56):

[...] a partir do manifesto determinismo da administração científica, dos primeiros anos deste século [referindo-se ao século XX] até os nossos dias, a evolução do pensamento sobre administração tem-se feito partindo do particular para o geral, do simples para o complexo, do material para o simbólico, do concreto para o abstrato. Assim, é lícito inferir desse processo que a construção teórica da disciplina administração vem crescendo no método, se complexificando no referencial de análise e perdendo o legado original de estudo como fenômeno natural para assumir a condição plena de fato social, o que significa dizer, histórico.

Desse modo, resgatada a natureza social do fenômeno administrativo e sua condição de fato político, histórico e cultural, a advertência de Russell que abre este artigo também se revela pertinente para os estudos organizacionais, tornando o poder dimensão central e vetor da dinâmica das organizações. Este artigo procura analisar a manifestação da dimensão política no espaço organizacional brasileiro a partir das interpretações de dois clássicos da literatura nacional publicados em 1936: *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *Sobrados e mucambos*, de Gilberto Freyre.

Relendo os clássicos nos estudos organizacionais brasileiros

Correlacionando história e sociologia no contexto nacional, *Raízes do Brasil* problematiza questões referentes à colonização brasileira e sua influência na sociedade do século XIX. Ao mesmo tempo, para entender as questões referentes ao bacharelismo no Brasil, não se pode deixar de buscar em *Sobrados e Mucambos* a interpretação da ascensão do portador desse título acadêmico, bem como do mulato na sociedade daquele século. Portanto, a leitura desses dois clássicos contribui para o entendimento das relações intrínsecas de poder nas organizações brasileiras, uma vez que auxilia na compreensão da estrutura das relações políticas num país colonizado.

Em *Raízes do Brasil*, o objetivo central de seu autor é averiguar, pelas singularidades da história da colonização do povo brasileiro, as principais características que ainda perpassavam o cotidiano dos brasileiros na época de sua primeira edição (na segunda metade da década de 1930) e que, não menos do que antes, continuam presentes no dia-a-dia de nossa gente. De uma leitura reflexiva no contexto organizacional brasileiro, emergem questões relativas ao fato de como o bacharelismo está enraizado no imaginário de nosso povo e associado à idéia de poder.

Em *Sobrados e mucambos*, mais especificamente no seu capítulo XI, “A ascensão do bacharel e do mulato na sociedade brasileira do século XIX”, o bacharelismo é analisado como “habilitação” para o exercício do poder.

Construído a partir de uma metodologia que utiliza os contrários para refletir acerca de nossas raízes, o livro de Sérgio Buarque de Holanda apresenta, de uma perspectiva sociológica e histórica, as principais características

da(s) forma(s) de agir do povo brasileiro. Essa estrutura dialética empregada pelo autor permite, por exemplo, explorar a idéia de urbano *versus* rural, trabalho manual *versus* mecânico, caçadores *versus* lavradores e iberismo *versus* americanismo, dentre outras características. Alguns dos temas tratados no livro e que têm significativa importância no campo organizacional brasileiro estão relacionados ao personalismo nas relações, paternalismo e bacharelismo.

Do fidalgo ao bacharel

No que diz respeito ao bacharelismo, percebe-se que a importância de um título (diploma acadêmico) não está relacionada somente com as mudanças inerentes ao ambiente competitivo no qual as organizações estão inseridas, tampouco, com o recente fenômeno da globalização de economias, sociedades ou culturas. No caso das organizações brasileiras, a importância de um título se explica, também, pela supervalorização de tal atributo herdada de nossos colonizadores portugueses que legitimavam o poder através dos títulos nobiliárquicos de barão, visconde, conde, marquês e duque e, na falta destes, dos acadêmicos de bacharel e de doutor.

Assim entendido, é premissa deste artigo que a leitura histórico-sociológica feita por Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* e por Freyre em *Sobrados e mucambos* contribui para a compreensão do poder nas organizações brasileiras como traços remanescentes de um legado aristocrático não superado pela República e que, parece, ressurgir e se pereniza no ambiente contemporâneo na forma sucedânea do bacharelismo.

Portugal e Espanha viveram à margem das culturas congêneres européias e serviram, em muitos casos, como ponte de comunicação da Europa com os países colonizados. Nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda, o povo brasileiro é um povo “desterrado”, pois tanto a cultura como diversas práticas específicas da Europa foram trazidas para o Novo Mundo e implementadas no Brasil sem que se levasse em conta as diferenças geográficas e sociais dos dois continentes. “A tentativa de implementação da cultura européia em extenso território [...] é [...] o fato mais dominante em conseqüências”. (BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p.31).

No Brasil nunca existiu fidalguia, embora o personalismo herdado do povo hispânico seja uma característica sempre explícita no nosso povo. A importância da conquista de um título de nobreza, na falta de um acadêmico – como foi o caso do barão, depois visconde de Mauá – exemplificam bem essa questão. Entendido o fidalgo como alguém da nobreza, que não precisa trabalhar e que garantia sua sobrevivência a partir dos rendimentos de suas propriedades, observa-se o fato de que no Brasil, colônia sem fidalguia, não era possível a garantia dessa forma de vida ociosa sem a existência de um título substitutivo das honrarias aristocráticas inexistentes. Para aquele autor, ter fidalguia não estava relacionado apenas ao nome herdado e sim às ações nobres de uma pessoa. Portugal e Espanha desenvolveram isso mais que qualquer povo europeu. Percebe-se uma supervalorização do homem e

cada qual é filho de si mesmo, de seu esforço próprio, de suas virtudes... – e as virtudes soberanas para essa mentalidade são tão imperativas, que chegam por vezes a marcar o porte pessoal e até a fisionomia dos homens. (BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p.32)

O prestígio social sempre foi valorizado pelo povo hispânico, mesmo que isso resultasse na falta de coesão social. Ainda que as iniciativas de união fossem construtivas, elas sempre tinham como objetivo a segregação. Isso contribuiu para que, no Brasil, com a inexistência de uma fidalguia, outra característica fosse incorporada ao nosso contexto: o bacharelismo. Ao mesmo tempo, Buarque de Holanda (1995, p.156) comenta que nenhum outro país no mundo mergulhou tão intensamente na “praga do bacharelismo” como os EUA.

Entender o bacharelismo no contexto organizacional brasileiro requer, antes de tudo, compreendermos seu caráter histórico relacionado à colonização do Brasil, estruturando uma forma explícita de poder. A relação metrópole/colônia contribuiu para que a divisão social se consolidasse progressivamente em nossa sociedade. Inicialmente, essa divisão estava relacionada aos atributos hereditários, e, como afirma Buarque de Holanda (1995, p.35): os “[...] portugueses e espanhóis parecem ter sentido vivamente a irracionalidade específica, a

injustiça social de certos privilégios, sobretudo os privilégios hereditários.” Assim, o autor explica que o prestígio social manteve-se presente nas épocas mais gloriosas das nações ibéricas, por meio de diversos títulos.

Diferentemente de outros povos e culturas, espanhóis e portugueses não tinham apreço ao trabalho. Para Buarque de Holanda (1995, p.38), uma “[...] digna ociosidade sempre pareceu mais excelente [...] do que a luta pelo pão de cada dia”. Portanto, para esse autor, o que os portugueses e espanhóis esperavam era uma vida exclusiva de qualquer esforço ou preocupação; ou seja, o que esses povos esperavam era uma vida fácil, garantida por meio de sua posição hierárquica superior no grupo social.

Em *Raízes do Brasil*, é possível identificar historicamente como esses traços surgiram na sociedade brasileira. Primeiro de tudo, a valorização de um título (diploma acadêmico) pode estar associada à formação inexpressiva (em números) de bacharéis no século XVIII e XIX nos países americanos. No caso do Brasil, como apresenta Buarque de Holanda (1995), no período 1775-1821, o número de graduados brasileiros em Coimbra esteve em torno de 720 profissionais. Uma minoria era detentora de títulos, o que a fazia se destacar naquele período histórico. A segunda explicação da supervalorização do diploma é entendida em *Raízes do Brasil* pela característica cultural da pátria mãe (Portugal), que considerava que os títulos dignificavam os homens daquela sociedade.

Como afirma Freyre (1961), no Brasil, o bacharel assumia uma posição de diferenciação na sociedade rural e patriarcal do século XIX. Assim, a valorização social começava a fazer diferença quando surgia uma nova “classe da nobreza” (bacharéis e doutores) que propunha mudanças por meio da implantação sutil de tendências europeias. O que acontecia era que a maioria dos bacharéis buscava implementar essas tendências no país, pelo fato de ter residido no exterior no período dos seus estudos universitários.

Ainda de acordo com esse autor, a ascensão dos bacharéis brancos foi muito rápida, tanto no meio político quanto no social. Geralmente, filhos legítimos de senhores de engenho, os bacharéis voltavam ao Brasil com teorias e técnicas sofisticadas para aquela época, com “o verdor dos vinte anos” (FREYRE, 1961, p. 575), o que contribuía para a legitimação desses profissionais na sociedade do século XIX.

Mesmo que o apreço às questões relacionadas à cor de um indivíduo na sociedade brasileira recebesse destaque nos séculos XVIII e XIX – e o entendimento por parte da sociedade de que apenas os brancos estariam preparados para exercer funções públicas –, o título de bacharel possibilitou a entrada de mulatos na esfera pública daquela época. Ao abordar a questão histórica do trabalho na sociedade brasileira, no capítulo “Trabalho e aventura”, Sérgio Buarque de Holanda reforça a premissa de que o título confere a um indivíduo a capacidade de ascender socialmente.

De acordo com Freyre (1961), um título de capitão-mor, por exemplo, arianizava os mulatos escuros, uma vez que numa sociedade racista e tradicional do século XIX era quase impensável um mulato assumir um cargo público. Para o autor, o título de bacharel tinha o poder mágico de dar “branquidade” a um indivíduo. O diploma de bacharel reforçava intrinsecamente o poder (dominação) de quem o tinha sobre aqueles que não o possuíam. Para Buarque de Holanda (1995, p.164), o diploma servia como uma ferramenta capaz de elevar o diplomado acima dos demais mortais:

O móvel do conhecimento não é [...] tanto intelectual quanto social, e visa primeiramente ao enaltecimento e à dignificação daqueles que os cultivam. De onde, por vezes, certo tipo de erudição sobretudo formal e exterior, onde os apelidos raros, os epítetos supostamente científicos, as citações em língua estranha se destinam a deslumbrar o autor como se fossem uma coleção de pedras brilhantes e preciosas. (BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p. 164-165)

O amor bizantino nos livros pareceu, muitas vezes, penhor de sabedoria e indício de superioridade mental, assim como o anel de grau ou a carta de bacharel. É digno de nota – diga-se de passagem – o valor exagerado que damos a esses símbolos concretos; dir-se-ia que as idéias não nos seriam acessíveis sem uma intervenção assídua do corpóreo e do sensível, (BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p. 163)

Silveira (2000), ao analisar *Raízes do Brasil* de uma perspectiva histórica, destaca que essa forma de conhecimento é entendida como “saber bacharelesco”, uma vez que, para um indivíduo se afirmar com suas próprias forças, ele maximiza o uso de frases de efeito, com o objetivo de conseguir sua afirmação diante dos outros indivíduos. Ao comparar *Raízes do Brasil* com *Teoria do medalhão*, de Machado de Assis, o autor destaca o culto aos símbolos na sociedade brasileira.

As interpretações do poder na sociedade brasileira

O poder sempre foi um problema central na discussão das relações sociais em qualquer tipo de organização, muitas vezes associado à noção de dominação. Nesse sentido, várias abordagens acerca dessa temática são discutidas por pesquisadores com diferentes concepções e perspectivas.

Vieira e Misoczky (2003) diferenciam tais abordagens quanto à expressão do poder e quanto à origem do poder. Para analisar o poder do bacharel no campo organizacional brasileiro é necessário diferenciar o poder como conflito (o relacional) e o poder sem conflito. Ao analisarem tais conceitos, esses autores consideram que o poder sem conflito é aquele em que o ator social não é forçado a participar ou a fazer algo que vá contra sua vontade; poder esse obtido, em parte, por consenso. Já no poder como conflito, o indivíduo realiza funções contra a sua vontade a partir de algum tipo de influência sobre ele exercida.

Galbraith (1999) apresenta três tipos de poder: o condigno, o compensatório e o condicionado. O poder condigno e compensatório se diferenciam pelo fato do dominado concordar ou não com a dominação. O poder condigno impõe algo contrário às preferências do indivíduo por meio de submissão e ameaças. Já o poder compensatório se caracteriza pelo fato do dominado concordar com a submissão, pois nesse processo ele obtém recompensas positivas (GALBRAITH, 1999, p.4-6). O conceito de poder caracterizado por Galbraith – utilizado para entender o bacharelismo neste artigo – é o condicionado, que se caracteriza por ser “[...] exercido mediante a mudança de uma convicção, de uma crença. A persuasão, a educação ou o compromisso social [...] leva o indivíduo a se submeter à vontade alheia” (GALBRAITH, 1999, p.6), sem que este, na maioria das vezes, reconheça sua submissão.

Neste artigo, entendemos o poder do bacharel no espaço organizacional brasileiro – como forma de relacionamento entre vários agentes e tipo de influência interpessoal – segundo as taxinomias de “poder condicionado” (GALBRAITH, 1999) e “como conflito” (VIEIRA; MISOCKSKY, 2003). Assim, conforme Diniz e Limongi-França (2005), dos seis tipos de influências de poder divergentes interpessoais apontadas, o que se relaciona com as características do bacharel de *Sobrados e mucambos* e *Raízes do Brasil* é o que os autores conceituam como “inferiorização”, o qual se caracteriza pelo “[...] processo em que o influenciador busca inferiorizar moral ou psicologicamente o influenciável, para que ele se desmotive a realizar determinado comportamento e fique mais vulnerável às reorientações”. (DINIZ; LIMONGI-FRANÇA, 2005, p.28).

De acordo com esses autores, algumas características são peculiares a esse tipo de influência divergente entre os atores. Dentre elas, destacam-se:

- a utilização de uma linguagem hermética, acompanhada de uma respeitosa habilidade verbal do agente, direcionada ao interlocutor;
- a inteligência e ousadia do agente; e
- a capacidade do influente gerar um sentimento de inferioridade no interlocutor.

Ao analisar as características do trabalho em *Raízes do Brasil* seu autor diferencia o “trabalhador” do “aventureiro”. O primeiro é caracterizado como um indivíduo que tem responsabilidade e apreço pelo trabalho, enquanto o segundo é definido como um indivíduo audacioso, instável e irresponsável, que age de acordo com o que lhe convém, buscando, sempre sem custos, a prosperidade, títulos, posições e riquezas fáceis. Algumas dessas características podem ser associadas ao bacharel do Brasil dos séculos XVIII e XIX.

Com o passar do tempo, o prestígio do título de doutor ou de bacharel cresceu nos meios urbanos e rústicos. Não era raro ver em jornais e revistas, avisos sobre bacharéis ou doutores formados, anunciando (intrinsecamente) um novo “poder aristocrático” que se levantava coberto por sedas pretas, anéis e tecidos importados do oriente (FREYRE, 1961). A aristocracia que emergia naquele contexto era diferente da aristocracia “semi-rural ou comercial”, sendo vista como uma “aristocracia de beca e toga”. (FREYRE, 1961, p. 576).

Em nossa sociedade, a busca pelos títulos, além de legado da cultura ibérica, era estimulada pela manutenção de um *status quo* ou pela busca da ascensão social. Para Sérgio Buarque de Holanda, a dignidade e a importância de um título permitia que a pessoa que o detivesse atravessasse a sua existência “com discreta compostura”, libertando-a da busca de bens materiais, o que, para o autor, humilha a personalidade (BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p.157).

Recentemente, o estudo empírico de Enge (2004) evidenciou a importância de um diploma para os egressos daquela instituição. Em alguns casos, o diploma representou mais que a inserção no mercado de trabalho, sendo considerado por alguns profissionais como uma forma de ascensão social. No que diz respeito às características históricas ou sociológicas, para um indivíduo, a obtenção de um diploma pode servir como chave para abrir as portas para a progressão na escala social (SILVEIRA, 2000). Ao mesmo tempo, como sugere Bourdieu (apud MORAES, 1998), as transformações da sociedade contemporânea exigem mais anos de estudo, até mesmo para cargos simples, exigindo, cada vez mais, o diploma de nível superior.

De uma perspectiva histórica, quando compara *Teoria do medalhão* com *Raízes do Brasil*, Silveira (2000) está problematizando a necessidade de um diploma na vida do cidadão no século XIX, pois, muitas vezes, o saber bacharelado servia como uma forma de auto-afirmação. O excerto reproduzido adiante ilustra bem a frustração de um pai por não ter sido uma pessoa de *status* na sociedade daquela época, e que procura passar para o filho algumas instruções para que ele alcance uma posição de destaque na sociedade:

O pai passa a examinar o que possivelmente o futuro reserva para o filho. Vislumbra uma série de possibilidades de carreira profissional, todas abertas diante do rebento: “Vinte e um anos, algumas apólices, um diploma, podes entrar na indústria, no comércio, nas letras ou nas artes. Há infinitas carreiras diante de ti”. Mesmo percebendo que várias são as possibilidades de carreira que o filho dispõe, o único desejo verdadeiro do pai é que este se “faça grande ilustre” ou, pelo menos “notável”. Aspira que o filho se erga “acima da obscuridade comum”. A questão centra-se não em vocações, mas em posição social. (SILVEIRA, 2000, p.7)

Desse modo, percebemos que, no Brasil, a importância dada a um título nas organizações não está relacionada apenas com o cenário competitivo, que também valoriza os títulos, mas também com as raízes da nossa própria formação histórica. Nesse contexto, Bourdieu (apud ENGE, 2004, p.10) acredita que os diplomas “não contêm qualquer informação concernente à capacidade para ocupar um determinado cargo, sendo que numerosos agentes têm prosperidades que são devidas, em parte, ao diploma e, em parte, ao cargo”. Para o autor, o diploma é um “capital simbólico” que pode servir de instrumento para manter o *status quo* ou para impulsionar socialmente um indivíduo. Por exemplo, num estudo com os egressos licenciados da Faculdade de Educação da USP (ENGE, 2004, p.62), os resultados empíricos evidenciaram que “ao ingressar no ensino superior, os jovens não costumam ter um objetivo claro e bem definido a esse respeito, mas vêm a conquista de um diploma [...] como uma espécie de seguro [...] desemprego”. Os participantes da pesquisa foram além, ao considerarem o valor simbólico de um diploma expedido por uma universidade de reconhecida excelência como a USP.

Ao citar Bourdieu, Enge (2004) destaca que a posse dos títulos de nobreza ou dos títulos acadêmicos legitima a prosperidade simbólica. Portanto, no Brasil, o conceito de capital social (BOURDIEU, 1988) como legitimação de poder pode ser relacionado ao bacharelismo, haja vista que em nossa sociedade quem detém capital social detém poder (poder condicionado). Vejamos, então, como Bourdieu conceitua capital social:

[...] conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e interreconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social, porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o re-conhecimento dessa proximidade. (BOURDIEU, 1988, p. 67)

O capital social não está desvinculado de outros capitais, como o econômico e o cultural, mas o capital social simbólico (bacharelismo) ainda é supervalorizado em nossa sociedade. No que diz respeito ao mercado de trabalho, um diploma de bacharel é quase indispensável para um profissional. Sarsur, Cruz e Barbosa (1998) fizeram um estudo com graduandos de administração no qual verificaram que, além das características relacionadas à capacidade de relacionamento, disponibilidade e competência técnica, os títulos acadêmicos são um dos requisitos básicos para inserção no mercado de trabalho. Os autores constataram, empiricamente, que após receberem o título de administrador, muitos dos titulados continuavam estudando e buscando novas titulações. De acordo com Enge (2004, p.67-68),

[...] o diploma superior é uma exigência cada vez maior para o ingresso no mercado de trabalho, uma vez que as seleções para recrutamento de novos funcionários são marcadas por muita competitividade, principalmente, devido à escassez de postos de trabalho. (ENGE, 2004, p.67-68).

Vocação para uma sociedade de diferentes?

O bacharelismo, como forma de capital social (dos poderosos), tem sido construído desde as origens do processo de formação social do Brasil. A aparente vocação para uma sociedade de diferentes é visível no cotidiano do país. O Código de Processo Penal (2003), no seu capítulo IX, oferece um eloquente exemplo de institucionalização da diferença entre os cidadãos brasileiros, ao abordar a prisão e a liberdade provisória. No artigo 295, “Condições de prisões especiais”, § 7º, é explicitado que “os diplomados por qualquer das faculdades da República” (BRASIL, 2003, p. 170) têm direito à prisão especial. Essa “prisão especial” dá direito ao bacharel de não ficar preso em cela com outros presos comuns e, também, de não ser transportado com os mesmos.

O parágrafo anterior contribui para o entendimento da transversalidade do bacharelismo nas questões de poder na sociedade brasileira. Ao trazer essa discussão para os estudos organizacionais, quais são as implicações dessa distinção social de poder nas organizações brasileiras construídas socialmente ao longo de séculos no Brasil durante o processo de colonização lusitana? Assim, uma das questões que emergem deste artigo é: será o Brasil uma sociedade construída social e historicamente para a valorização das diferenças de poder através da supervalorização do capital social dos poderosos?

O que se constatou relendo *Sobrados e mucambos* e *Raízes do Brasil* foi a valorização do saber bacharelesco na sociedade brasileira, presente desde o encontro das civilizações européias e americanas (em 1500) até a publicação desses livros em 1936. Não menos que naquele período, esses traços remanescem em nossa cultura em diversas situações. Um exemplo atual desse fenômeno foi o recente estudo de Enge (2004) com os alunos da USP que vêm o diploma como um “seguro-desemprego”.

A proposta de analisar o bacharelismo de uma perspectiva teórica do poder no Brasil resgata a historicidade do fenômeno nas organizações brasileiras. Dessa forma, o bacharelismo no país pode ser entendido na classificação de Galbraith (1999) como um tipo de poder condicionado, cuja principal característica é a inferiorização (DINIZ; LIMONGI-FRANÇA, 2005) do indivíduo que não tem um título. O saber bacharelesco aumenta o capital social do indivíduo e, conseqüentemente, aumenta o poder condicionado no campo organizacional brasileiro, uma vez que tal característica é visível na cultura nacional.

Este excerto ilustra claramente como, no processo de ascensão social do mulato e do bacharel no espaço de poder das organizações brasileiras, o processo social de migração do rural para o urbano configura o exercício da autoridade e da segregação:

Beneficiados pela seleção de cor e de traços pela qual se aristocratizavam desde pequenos os escravos mais jeitosos, mais vivos, mais inteligentes, mesmo quando não eram filhos de senhores: os mulatinhos que se tornavam discípulos dos padres capelães e até dos mestres-régios, dos seminários, das faculdades, as despesas correndo por conta dos senhores brancos. De modo que foi ao acentuar-se a predominância, na paisagem brasileira, do contraste de sobrados com mucambos, que se acentuou, entre nós, a presença de negros e pardos como inimigos de brancos. (FREYRE, 2002, p.1.247)

A contribuição deste artigo para os estudos organizacionais no Brasil está diretamente ligada ao objetivo do IV Eneio: “problematizar onde está o centro em torno do qual nos organizamos e produzimos”. Nesse sentido, problematizar como se dão as relações de poder na sociedade brasileira, tendo como objeto de análise clássicos da literatura nacional que abordam, dentre outros temas, a obtenção de um título acadêmico como legitimação do exercício do poder, é extremamente importante para enriquecer os debates na área, valorizando as peculiaridades do campo organizacional brasileiro.

Cadernos EBAPE.BR

Referências

- BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1988. p.67-69.
- BUARQUE DE HOLANDA, S. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CÓDIGO de processo penal. Coordenação: Giselle de Mello Braga Tapai. 8.ed. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.
- DINIZ, B. V.; LIMONGI-FRANÇA, A. C. Poder e influência interpessoal nas organizações. *Facef Pesquisa*, v.8, n.1, 2005.
- ENGE, J. S. Da universidade ao mundo do trabalho: um estudo sobre o início da profissionalização de egressos do curso de licenciatura da USP (1994/95). 2004. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- FREYRE, G. *Sobrados e mucambos – decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 3.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1961. 2.tomo.
- _____. *Sobrados e mucambos*. In: SANTIAGO, S. (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002. v.2.
- GALBRAITH, J. K. *Anatomia do poder*. Tradução: TORLONI, H. 4.ed. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.
- MARTINS, P. E. M. *A reinvenção do sertão: a estratégia organizacional de Canudos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- MORAES, A. S. F. Universidade e formação de recursos humanos: características culturais básicas na formação de competências. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 9. 1998, Itu, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 1998.
- SARSUR, A. M.; CRUZ, M. V.; BARBOSA, A. C. O. Carreira: utopia ou realidade? In: ENCONTRO NACIONAL DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 9. 1998, Itu, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 1998.
- SILVEIRA, E. Notas sobre *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda e *Teoria do medalhão*, de Machado de Assis. *Revista Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.6, n.2, p.51-67, jul./dez. 2000.
- VIEIRA, M. M. F.; MISOCZKY, M. C. Instituições e poder: explorando a possibilidade de transferências conceituais. In: ORGANIZAÇÕES, cultura e desenvolvimento local – a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2003.